

## DOSSIER LITERACIES, EVENTS AND SOCIAL PRACTICES

### Dossiê Letramentos Eventos e Práticas Sociais

## Letramentos na deficiência visual adquirida: uma perspectiva em análise de discurso crítica

*Literacies in acquired visual disability: a  
perspective in critical discourse analysis*

*Literacidad en Discapacidad Visual Adquirida:  
una perspectiva desde el Análisis Crítico del  
Discurso*

#### RESUMO

Este artigo objetiva investigar como pessoas com deficiência visual adquirida representam discursivamente atividades de letramento em uma biblioteca acessível de Brasília (DF). O corpus é composto de transcrições de um grupo focal produzido no contexto e atividades de tertúlia literária. A metodologia é a etnográfico-discursiva, fundamentada pela Análise de Discurso Crítica (ADC). Para as análises, utilizamos as categorias da ADC: Interdiscursividade; Significado de Palavra/Vocabulário; Metáfora e Avaliação. O resultado aponta a possibilidade de agenciamento e emancipação. Também há o comprometimento com a leitura e a escrita, dado seu potencial na contribuição para mudança social nas vidas com cegueira adquirida.

Palavras-chave: Deficiência Visual Adquirida; Letramentos; Análise de Discurso Crítica; Tertúlia Literária.



Recebido em: 18 de março de 2023  
Aceito em: 4 de junho de 2023  
DOI: 10.26512/les.v24i1.48711

# CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

*Papers on Language and Society*

**Girlane Maria Ferreira Florindo**

[girlane.florindo@ifb.edu.br](mailto:girlane.florindo@ifb.edu.br)

<https://orcid.org/0000-0002-9501-9542>

Universidade de Brasília (UnB) Instituto Federal  
de Brasília (IFB), Brasília, DF, Brasil

**Izabel Magalhães**

[izabelunb@gmail.com](mailto:izabelunb@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-4715-4424>

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF,  
Brasil

## ARTIGO

## ABSTRACT

This article aims to investigate how people with acquired visual impairment represent speech activities in an accessible library in Brasília (Federal District). The corpus includes transcriptions of a focus group produced in the context of literary gathering activities. The methodology is discursive-ethnographic based on Critical Discourse Analysis. In the analysis we adopted CDA categories: Interdiscursivity; Word-Meaning/Vocabulary; Metaphor and Appraisal. The result points to the possibility of agency and emancipation. There is also a commitment to reading and writing, given their potential contribution to social change in lives with acquired blindness.

Keywords: Acquired Visual Impairment; Literacy; Critical Discourse Analysis; Literary Gathering.

## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo investigar cómo las personas con discapacidad visual adquirida representan las actividades de literacidad en una biblioteca accesible en Brasilia (DF). El corpus utilizado está compuesto por transcripciones de un grupo focal producido en el contexto de las actividades de la tertulia literaria. La metodología es etnográfica-discursiva, basada en el Análisis Crítico del Discurso (ACD). Para los análisis, utilizamos las categorías del ACD: Interdiscursividad; Significado de Palabra/Vocabulario; Metáfora y Evaluación. El resultado apunta para la posibilidad de agencia y emancipación. También existe una apuesta por la lectura y la escritura, dada su potencial contribución al cambio social en la vida de las personas con ceguera adquirida.

Palabras clave: Discapacidad Visual Adquirida; Literacidad; Análisis Crítico del Discurso; Tertulia Literária.

### Como citar:

FLORINDO, Girlane Maria Ferreira; MAGALHÃES, Izabel. Letramentos na deficiência visual adquirida: uma perspectiva em análise de discurso crítica. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 292-311, jan./jun. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i1.48711 Disponível em: . Acesso em: XXX.

### Correspondência:

Nome por extenso do autor principal  
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

### Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.



## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Nossa sociedade está estruturada, em contextos diversos, conforme o padrão da visualidade. Tanto espaços como ações são marcados e organizados segundo um ideal de normalidade estabelecido por aqueles que veem (videntes<sup>2</sup>). Assim, das mais simples atividades cotidianas às mais complexas estão pautadas na capacidade de percepção da luz. As pessoas com deficiência visual (DV) estão submetidas à concepção historicamente construída de incapacidade atribuída à cegueira. No entanto, a deficiência visual é um fenômeno social, manifestado de forma objetiva, e não apenas um fenômeno orgânico-sensorial.

Mesmo com o advento da modernidade e o acesso das pessoas cegas à educação, a cegueira ainda é considerada como condição de limitação. Desde as concepções míticas (idade antiga, média e moderna), até as biomédicas (deficiência como impedimento corporal), o que prevalece é a cultura da visão (MASINI, 2004; OLIVEIRA, 2002). Nas palavras de Martins (2014, p. 17): “se, por um lado, o momento iluminista criou um espaço (epistemológico e institucional) que favoreceu o advento do braille, por outro a modernidade viria a caracterizar-se por um inédito centrismo visual”.

Ao retomar Classen (1993) e enfatizar o centrismo visual moderno, Martins (2014) ratifica que a visão é o sentido da ciência. Socialmente, tem-se o pressuposto de que o conhecimento advém da visão e, por conseguinte, as pessoas com cegueira não poderiam alcançá-lo. Se o acesso ao conhecimento em nossa sociedade (ocidental, sobretudo) realiza-se, predominantemente nos moldes visuais (MARTINS, 2014), ainda são vigentes as concepções que pressupõem a limitação do sujeito deficiente visual para tal acesso. Se consideramos significativa para as pessoas com cegueira congênita a presença dessas concepções marcadamente negativas, o que se poderia dizer em relação às pessoas que adquirem a cegueira na idade adulta?

Em contexto de Brasília - Distrito Federal, existe uma biblioteca específica que atende ao público de pessoas com DV (pessoas cegas e pessoas com baixa visão). A biblioteca oferece títulos em formatos acessíveis ao seu público – livros com escrita em relevo e livros em áudio. Sendo um espaço que promove leitura e escrita, pode-se considerá-lo como um espaço de atividades de letramento. Uma dessas atividades, que ocupa um lugar de destaque na biblioteca, é uma “tertúlia literária”.

Com o intuito de entender como as pessoas com deficiência visual adquirida representam a atividade de letramento “tertúlia literária”, e em que medida esta oferece condição para se autorrepresentarem, foi realizado um grupo focal com os participantes. Neste artigo, há uma apropriação da Análise de Discurso Crítica (ADC) e dos Estudos do Letramento (EL) como uma

---

<sup>1</sup> Este estudo está vinculado ao projeto integrado de pesquisa: “Trajetórias de Famílias e Escola Inclusiva: Discurso, Letramento e Crítica Social”; o projeto foi coordenado por Izabel Magalhães na Universidade de Brasília, com apoio do CNPq (2018-2022).

<sup>2</sup> Termo técnico da área da deficiência visual.

construção social. Essa perspectiva possibilita-nos analisar os discursos das pessoas com deficiência visual (DV) acerca de como percebem a prática de letramento das tertúlias literárias; e como as práticas de letramento contribuem para a criação de novos sentidos para os participantes.

Com base na abordagem da Teoria Social do Letramento (TSL) (MAGALHÃES, 2012; STREET, 1984, 2012, 2013, 2014) e em diálogo transdisciplinar com a ADC em seu arcabouço teórico-metodológico (FAIRCLOUGH, 2001, 2003, 2010; VIEIRA, RESENDE, 2016; MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017), examinaremos, por meio da análise de textos, de que maneira se deu a representação da atividade de letramento (Tertúlias Literárias) pelos participantes com deficiência visual adquirida, como se identificaram como pessoas com cegueira nessas atividades.

O artigo está organizado em cinco seções. Na primeira, apresentamos brevemente as “Tertúlias Literárias”, observando as especificidades do grupo com deficiência visual. Na segunda seção, traçamos alguns dos aspectos que envolvem a Teoria Social do Letramento, cuja integração com a ADC é proposta por Rios (2009) como profícua. Na terceira, apresentamos uma discussão sobre a Análise de Discurso Crítica como abordagem teórico-prática. A quarta seção é dedicada à metodologia e a quinta às análises, divididas em duas subseções. Por fim, apresentamos algumas considerações sobre o trabalho realizado.

## **1. TERTÚLIAS LITERÁRIAS - O CASO ESPECÍFICO DE UMA TERTÚLIA PARA PESSOAS COM DV**

Pereira e Andrade (2014, p. 20), ao comentarem sobre a posição do crítico literário Antônio Cândido" (na obra “O direito à literatura”) de que a literatura não é para poucos abastados, reforçam a defesa do autor de que é no contexto social – no caso dos brasileiros, de exclusão – que se criou “a ideia de que a capacidade de olhar estético só pertence às elites, como se somente estas tivessem sensibilidade para apreender e apreciar a arquitetura poética das palavras”. As autoras ainda enfatizam que “manifestar-se por meio da arte, seja pela literatura, seja pela música ou por outro segmento desse universo, é uma característica inerente ao ser, que não ‘escolhe’ sexo, idade ou classe social”. E nós diríamos mais: não escolhe condição sensorial.

Considerando a nossa formação em Literatura e nossa crença de que a Literatura é um direito humano, assim como trata Cândido (2004) em “O direito à literatura”, propusemos a criação de uma tertúlia literária para pessoas com DV, participantes da biblioteca específica. Tendo um particular interesse nas questões que envolvem as pessoas com DV – em vista de nossa experiência docente com esse grupo – propusemos a realização desse trabalho por saber do potencial democrático de sua metodologia. Embora denominada como “Tertúlia Literária Dialógica”, para o grupo com DV denominamos apenas de Tertúlia Literária (TL), por considerar que, pelo fato de ser uma tertúlia já se constitui dialogicamente. Com o grupo de participantes, escolhemos um

título para a (nossa) tertúlia, a qual passou a chamar-se “Tertúlia Literária: prosa à luz de Louis Braille” (PLLB) pelos motivos óbvios, primeiro por ter sido Louis Braille quem por meio de sua invenção de leitura e escrita em relevo, promoveu “o encontro da cegueira com a palavra” (MARTINS, 2009, p. 11) e, segundo, por ser o Sistema Braille uma marca identitária das pessoas com DV.

De origem espanhola, a palavra “tertúlia” quer dizer “encontro entre amigos”. É por isso que consideramos a tertúlia dialógica por si. O fato de ser uma tertúlia literária (TL) significa que serão os textos literários que irão mobilizar encontros e temas. A escolha pela literatura é também por ser essa forma de arte, capaz de promover nos leitores reflexões, dúvidas e sentimentos relativos à condição humana (PEREIRA; ANDRADE, 2014). A atividade da TL é assim definida:

É uma atividade cultural, social e educativa, baseada na leitura de clássicos da literatura universal e no diálogo entre a palavra escrita e a visão de mundo de cada um, constituindo um processo gerador de aprendizagem e de superação da exclusão social e pode acontecer em diferentes espaços. É uma atividade que não tem prazo para acabar, assim que a leitura e o diálogo em torno de um livro terminam, podem-se começar outros livros (PEREIRA; ANDRADRE, 2014, p. 23).

No caso específico da “Tertúlia literária: Prosa à luz de Louis Braille”, o apoio a sua realização semanal – durante oito meses – foi o da biblioteca com a mediação feita por nós, que propusemos a atividade. Como um dos objetivos da atividade da TL é a superação da exclusão social, a nossa intenção primeira, ao propor a atividade, foi superar a exclusão ao letramento (à leitura e à escrita) a que estão sujeitas várias pessoas que perdem a visão, como era o caso do nosso grupo.

Florindo (2021) reitera os princípios fundamentais de uma tertúlia literária propostos por Confepa (1999) e Flecha (1997) a saber: *diálogo igualitário* (respeito todas as falas, sem imposição ou assimetrias); *inteligência cultural* (valorização da inteligência cultural de cada um/uma), *transformação* (superação por meio da leitura, da escrita das próprias limitações ou limitações ambientais); *dimensão instrumental da educação* (aquisição de conhecimentos literários, históricos, políticos, linguísticos, além da escrita autoral); *criação de sentido* (possibilidade de ressignificação do sentido da vida e ressignificação da cegueira com base em práticas discursivas e literárias); *solidariedade* (podem participar pessoas com DV de qualquer classe social ou escolaridade, alfabetizadas ou não); e *igualdade de diferenças* (a igualdade em direitos de cada membro da TL: participação e potencialidades; e valorização das diferenças no pensar, no criar). Tais princípios nos balizam a metodologia para realização da tertúlia com os DV, bem como nos aproxima das propostas pedagógicas de Freire (2011, 2020): a pedagogia da autonomia e a pedagogia da esperança, ambas firmadas no processo de conscientização com vistas à emancipação.

A TL é um espaço sem hierarquias ou meritocracias, todos os envolvidos detêm a mesma parcela de tempo de fala. Desse modo, foram estabelecidas as seguintes etapas no

desenvolvimento das tertúlias do grupo PLLB, que aconteceram às sextas-feiras, das 14h às 16h (tempo mínimo para uma tertúlia): (i) compreensão da realidade individual dos frequentadores da biblioteca e os obstáculos a que estão sujeitos dia após dia; (ii) apresentação de obras literárias como contos, cordéis crônicas e poesias; (iii) proposição de reflexões culturais, histórico-geográficas e linguísticas, além conexões estabelecidas com o cotidiano, vivências particulares, referências e analogias aos seus conhecimentos individuais. As obras literárias foram disponibilizadas por meio de audiolivros e impressão em braille com o objetivo de facilitar o acesso à leitura dos textos pelos participantes com DV.

Embora existam na atualidade diferentes suportes de materialização de textos para as pessoas com DV, como sintetizadores de voz (leitores de tela do computador), linha braille<sup>3</sup>, a maioria do nosso grupo PLLB não dispunha desses recursos, por não conhecê-los (tampouco dominá-los) ou por serem recursos de alto custo, o que os tornam inacessíveis para o grupo. A TL, como uma atividade de letramento, é um instrumento de agência<sup>1</sup> individual e coletiva particularmente relevante para aqueles/aquelas que se encontram na condição de pessoas que não veem. Considerando esse contexto, nos interessou verificar o que os participantes da TL, como um “grupo de afinidade” (COPE; KALANTZIS, 2009), entendem ou representam a atividade e como a relacionam às suas identidades.

As pessoas com DV, sobretudo aquelas que perdem a visão na idade adulta, constituem um grupo minoritário, sujeitos a uma ordem visiocêntrica discursiva dominante (LIMA; MAGALHÃES, 2018), mas que têm direito de serem ouvidas, de terem suas experiências consideradas. Magalhães, Martins e Resende (2017) apontam que grupos minoritários tem direito à luta por conquistas de acesso a bens materiais e simbólicos. Portanto, este artigo apresenta-se relevante para dar visibilidade a esse grupo minoritário e a suas práticas letradas, considerando o instrumental da ADC para questionar sentidos ideológicos e para construir sentidos que contemplem as necessidades de pessoas com DV.

## **2. AÇÕES LETRADAS E EMANCIPAÇÃO SOCIAL: UMA PROPOSTA DE REINVENÇÃO**

Letramento envolve para além de processos individuais de leitura e escrita, os contextos comunicativos compartilhados, definindo localmente o significado do que se entende por ações letradas (CASTANHEIRA, GREEN e DIXON, 2007). Nos “Novos Estudos do Letramento” (NEL), o ponto crucial é exatamente o contexto social e cultural. Nesse sentido, foi questionado o termo letramento no singular, considerando, os múltiplos letramentos de acordo com Street (2012). Houve a necessidade de se entender que os usos da leitura e da escrita nos mais variados contextos são diferentes – sendo marcados por inúmeras variações, por exemplo de domínio (escola, trabalho,

---

<sup>3</sup> A Linha braille é um recurso de tecnologia assistiva que permite ao leitor cego acessar em braille diferentes acervos armazenados em arquivos de computador de uma biblioteca, por exemplo (FLORINDO, 2021).

família), tempo, espaço, situação. Os aspectos socioculturais nos estudos do letramento são enfatizados por Street (1984, 2012, 2013, 2014), um dos principais estudiosos do campo dos Novos Estudos do Letramento.

Nessa abordagem, Street (1984, 2012, 2013, 2014) propõe o “Modelo Ideológico de Letramento” contrapondo ao “Modelo Autônomo”, porque este representa a leitura e a escrita como um conjunto de habilidades, que poderiam ser ensinadas independentes do contexto, o que separaria os “chamados grupos dos letrados dos iletrados” (MAGALHÃES, 2012, p. 26). Infelizmente, esse modelo de letramento ainda persiste nos currículos da educação básica, bem como nos cursos de Letras e Educação; esse processo deriva de correntes culturais e ideológicas mais amplas, nas palavras de Street (2014).

Em contraponto, o Modelo Ideológico considera o contexto social em sua relação com o letramento e a mudança social (STREET, 2014); assim a leitura e a escrita “são consideradas práticas sociais atravessadas por relações de poder e ideologia” (MAGALHÃES, 2012, p. 28). Nesse sentido, aplicam-se as reflexões de Thompson sobre a manifestação da ideologia na linguagem, atendo-se a “uma análise cuidadosa das maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de dominação em circunstâncias particulares e concretas” (THOMPSON, 1995, p. 82). Em suma, o Modelo Ideológico é aquele que considera o letramento uma prática social, a qual é situada, envolve diferentes atores que compartilham contextos e, localmente, definem os significados de suas ações letradas (CASTANHEIRA; GREEN; DIXON, 2007). Com base nesse conceito, podemos dizer que a “Tertúlia Literária”, conforme a descrevemos na seção anterior, está pautada num “Modelo Ideológico de Letramento”, estruturada sobretudo pela leitura. A leitura é o motor das TL, bem como daquelas que realizamos com os DV. Ela estabelece relações com outros textos ou discursos, possibilitando uma reflexão constante nos diálogos e na interação do grupo.

Assim, os leitores são ativos negociadores de significados. A interação com os textos (por meio da leitura) e com os pares DV e a construção de significados na TL (um evento de letramento) possibilitam aos participantes desempenhos que podem contribuir para uma mudança na relação social do grupo, em seus valores e crenças. Os eventos de letramento são eventos que configuram modos culturais ligadas à leitura e/ou à escrita podendo fazer parte de instituições formais, como na universidade, e de contextos informais, como nos ambientes familiares.

Na introdução da obra *Literacy in the study of social change: Lusophone perspectives*, Martin-Jones, Magalhães, e Baynham (2019, p. 1) defendem que o letramento deve ser considerado mais amplamente na pesquisa contemporânea que trata sobre linguagem na vida social, “particularmente sobre linguagem e política, mudança social e institucional” e também relações assimétricas de poder. Seguindo essa indicação que se enquadra numa visão sociocultural do letramento, a qual envolve poder e ideologia, entendemos que precisamos considerar a questão da emancipação social, conforme pensada por Santos (2007):

O problema da emancipação social é um conceito absolutamente central na modernidade ocidental, sobretudo porque esta tem sido organizada por meio de uma tensão entre regulação e emancipação social, entre ordem e progresso, entre uma sociedade com muitos problemas e possibilidades de resolvê-los em outra melhor, que são as expectativas. Então é a sociedade que pela primeira vez cria essa tensão entre experiências correntes do povo, que às vezes são ruins, infelizes, desiguais, opressoras e a expectativa de uma vida melhor, de uma sociedade melhor. Isso é novo, já que nas sociedades antigas as experiências coincidiam com as expectativas: quem nascia pobre morria pobre; quem nascia iletrado, morria iletrado. Agora não: quem nasce pobre pode morrer rico, e quem nasce em uma família de iletrados pode morrer como médico ou doutor (SANTOS, 2007, p. 17-18).

Entender que pessoas que adquirem cegueira numa sociedade ocidental, cuja racionalidade produz diversas formas de “ausências” (SANTOS, 2007), é constatar que essas pessoas (nessa lógica) são desacreditadas em sua condição, a qual diverge da condição hegemônica que atribui ao conhecimento a capacidade visual. Assim desacreditadas, também o são em suas possibilidades de uma “reinvenção da emancipação social” (SANTOS, 2007, p. 21) – nesse contexto da cegueira adquirida, o conceito de “reinvenção” é apropriado, pois os sujeitos precisam construir uma nova emancipação, uma emancipação outra, aquela que lhes dê condição de enfrentamento às barreiras físicas e sociais que anulam sua autonomia e os limitam cotidianamente.

“A Sociologia das Ausências é um procedimento transgressivo, uma sociologia insurgente para tentar mostrar que o que não existe é produzido ativamente.” (SANTOS, 2007, p. 28). Com esse entendimento, situamos o nosso trabalho como um estudo crítico reflexivo que, etnograficamente, possibilita a leitura e a produção de textos pelas pessoas com DV, verifica o que eles falam sobre esses textos e o que isso significa em seu espaço social. Esse aspecto está em consonância com a ADC que também pode ajudar esse grupo no discernimento de sua realidade social, “especialmente as oportunidades de intervenção por meio do discurso” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 181). Em uma etnografia discursiva é possível construir uma perspectiva de estudo que seja culturalmente sensível e politicamente consciente. Portanto, nossas considerações são pontuais sobre uma situação específica, não fazendo generalizações, pois nossa investigação é com um grupo particular e entendemos que o letramento é um conceito complexo.

Como argumentamos, existe no contexto das pessoas com cegueira adquirida uma barreira em sua emancipação e em sua relação com o letramento, barreira que se configura em impedimentos (DINIZ, 2007). Então, existe um problema de discriminação e de desigualdade. Nesse aspecto, consideramos o diálogo transdisciplinar entre a Teoria Social do Letramento (TSL) e a Análise de Discurso Crítica (ADC), sendo que essa nos oferece caminhos de análise da relação entre discurso e prática social. Na próxima seção, faremos algumas considerações acerca da abordagem dialético-relacional do discurso da ADC de Fairclough (2001, 2003).



### 3. ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA - UMA FERRAMENTA TEÓRICO-PRÁTICA

Para a Análise de Discurso Crítica (ADC), discurso e estrutura social possuem uma relação dialética em que a última é tanto uma condição como um efeito da primeira (FAIRCLOUGH, 2001). Desse modo, linguagem e sociedade estão imbricadas. A vida social é constituída de diversas dimensões: “dimensões espaço-temporais constituintes de ações e interações” (MAGALHÃES, 2004, p 114). Dentre essas dimensões e interconectado a elas, dialeticamente, há o discurso. Para a ADC, o discurso, como um momento da prática social, materializa-se em textos, que são produzidos em eventos sociais (FAIRCLOUGH, 2001). “Por textos, entendemos todos aqueles produzidos nas mais diversas situações sociais, formais ou informais, tanto os escritos como os falados ou visuais” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 42). Tais situações são consideradas como práticas discursivas em ADC, nas quais diferentes discursos são articulados. As diferentes formas de ver o mundo e agir sobre ele (FAIRCLOUGH, 2001) são possíveis de serem verificadas pela interpretação dos discursos.

A ADC vai operacionalizar a análise das práticas sociais e as respectivas ideologias – que as mantêm ou as modificam por meio da análise dos três significados da linguagem – acional, representacional e identificacional (FAIRCLOUGH, 2003). Trata-se de analisar como atores sociais, por meio de textos, agem sobre o mundo, representam-no e identificam-se. São diferentes os significados que são articulados em determinado evento discursivo, que resulta em texto(s). Para a ADC, a ação dos atores sobre o mundo (o significado acional) está articulada aos gêneros discursivos; assim como a forma que os atores representam (significado representacional) o mundo articula-se aos discursos presentes nos textos e, por fim, a forma que se identificam (significado identificacional) articula-se aos estilos. Em termos de análise, como é possível chegar a tais significados nos textos? A resposta é por meio de categorias analíticas – desenvolvidas pela Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994) – as quais possibilitam examinar textos em seus aspectos lexicogramaticais e verificar as formas particulares de inter(agir), de representar e de identificar(-se) em determinadas práticas (situadas).

A ADC, portanto, possibilita por seu viés teórico-metodológico entender o funcionamento social da linguagem. Nesse sentido, teoria e análise discursiva (método) caminham juntas. Para tal empreendimento, a ADC, como uma abordagem crítica, articula-se inter e transdisciplinarmente com conceitos das ciências sociais – como o conceito de emancipação social que abordamos na seção anterior. É nesse sentido que a análise das conexões entre o discursivo e o não discursivo e seus respectivos efeitos sociais dão à análise de discurso a sua característica crítica. Relações sociais de poder (efeitos de poder) e lutas hegemônicas são exemplos desses efeitos sociais. O atual momento da vida social, entendido por Fairclough (2010) como “o novo capitalismo”, ou como tratam outros estudiosos, modernidade tardia, modernidade líquida ou modernidade posterior é o início de muitas pesquisas em ADC, visto ser esse momento, o resultado (ou as consequências) das

reestruturações do sistema econômico, cujas práticas capitalistas mantêm e ampliam as desigualdades sociais. Tal versão atual do capitalismo, nas palavras de Santos (2020, p. 24) é o neoliberalismo combinado com o domínio do capital financeiro global: “Este modelo põe de lado qualquer lógica de serviço público, e com isso, ignora os princípios de cidadania e os direitos humanos”.

Ao lado dessa dimensão, temos ainda o papel da Internet e das tecnologias que “suscitaram a emergência de novos parâmetros culturais e de percepções de mundo” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 47). Nesse aspecto, ao considerar a dialética do discurso em termos históricos, Fairclough (2010, p. 227-228), toma o conceito de ‘economia do conhecimento’ e de ‘sociedade do conhecimento’ para apontar a “mudança qualitativa nas economias e sociedades, cujos processos são dirigidos pela produção, circulação e operacionalização de conhecimentos”. Tais mudanças (rápidas) são ‘dirigidas pelo conhecimento’, e também são ‘dirigidas pelo discurso’, uma vez que este em sua condição dialética produz e faz circular os conhecimentos. Sendo assim, a ênfase da ADC está em não se perder de vista a dimensão discursiva e ideológica da linguagem e sua relação com as desigualdades e assimetrias sociais.

Dentre outros aspectos que a caracterizam, a ADC discute as estruturas e as estratégias discursivas de dominação ou de resistência, assim como mantém uma postura solidária em relação aos grupos minoritários. Nessa perspectiva, acreditamos que a TL é uma forma de letramento alternativo bem distinto de modos escolarizados e pedagogizados, vinculados ao modelo “autônomo do letramento”, tão criticado por Street (2014). Defendemos, portanto, uma configuração política e ideológica do contexto situado e suas práticas letradas construídas pelos sujeitos com DV. Para tal, soma-se as reações das pessoas com DV ao letramento proposto e compartilhado. Tais reações são verificadas em análises na seção seguinte.

#### 4. O QUADRO METODOLÓGICO DO ESTUDO

Nossa pesquisa no campo dos Estudos do Letramento é de cunho etnográfico conforme recomendado por Street (2014) e também por analistas críticos do discurso de abordagem dialético-relacional (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017). Descrever uma população ou grupos de pessoas nos mais variados termos, tais como crenças e práticas sociais (ANGROSINO, 2009), é apropriar-se da ciência etnográfica, devendo o/a pesquisador/a ir a campo, sabendo que cada campo é único, cada pesquisa é única, bem como cada dia da própria pesquisa. Diríamos, ainda, cada atividade é única, assim como é única a atividade da TL vivenciada pelos participantes com DV em uma biblioteca específica (sobre a realização das tertúlias ver seção 2 e 5.1). Para a constituição do *corpus* para análise, de forma complementar à etnografia, utilizamos o *grupo focal*.

## 4.1 Grupos focais

Os grupos focais possuem ótimo desempenho em proporcionar percepções dos processos grupais, sem buscar focar os resultados da discussão (BARBOUR, 2009). Compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, tal como práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos são permitidos pelo trabalho com grupos focais. Trata-se, portanto, de uma técnica produtiva para alcançar o conhecimento das representações, percepções, hábitos, crenças e discursos prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns aspectos em comum, como o caso das pessoas com DV usuárias da biblioteca acessível. Foram as seguintes condições de produção do *corpus* de análise a saber:

a) O grupo focal aconteceu dentro da TL<sup>4</sup>, cujos encontros realizaram-se às sextas-feiras, das 14h às 16h. Foi proposta uma conversa sobre a atividade da TL com base em três questões lançadas ao grupo para a discussão: *Qual o sentido que esta atividade tem para você? Como você pode relacionar os encontros dessa atividade com o seu dia a dia? Que sugestões cada um/a tem ou pode dar para melhorar a nossa atividade e ainda motivar outros participantes?*

b) A participação dos usuários da biblioteca durante as TL e no dia da realização do grupo focal foi de livre e espontânea vontade, a partir de um convite feito por Girlane e por um colaborador da biblioteca. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e receberam pseudônimos para salvaguardar suas identidades, conforme apresentado no quadro 1:

**Quadro 1 – Participantes do Grupo Focal**

Participantes	Condição Visual	Idade
Manuel	Cego(cegueira adquirida)	69
Helena	Baixa visão congênita	65
Teresa	Cega (cegueira adquirida)	62
Samuel	Baixa visão adquirida	56
Mateus	Baixa visão congênita	35
Francisco	Cego (cegueira adquirida)	34

Fonte: autoras

c) As transcrições e a codificação dos arquivos de áudio foram preparadas para fins de organização, possuindo a abreviação de três informações básicas separadas pelo caractere especial ( \_ ), são elas: tipo de instrumento; nome fictício do participante e identificação da linha de ocorrência na transcrição.

Quanto à metodologia de análise do *corpus*, adotamos a seguinte ordem: a) leitura das transcrições e dos artefatos (instrumentos ou objetos que participam, juntamente aos atores sociais,

<sup>4</sup> Na introdução do encontro do grupo focal, esclarecemos aos participantes da TL que gostaríamos que eles conversassem sobre tópicos acerca da atividade. Nesse dia, uma colaboradora ficou com a função de mediação do grupo. Tomamos essa decisão de não fazermos a mediação por sermos responsáveis pela realização da atividade semanalmente e, assim, talvez, pela nossa presença, as opiniões não fossem tão espontâneas.

de uma determinada atividade); b) seleção de trechos relevantes que abrangessem a maior incidência das categorias de análise evidenciadas; c) análise sob a lente da ADC.

## 5. O CAMINHO DA ANÁLISE: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Selecionamos, como base empírica de análise, os textos gerados do grupo focal realizado com os sujeitos com DV. Salientamos, mais uma vez, que o contexto da TL é compartilhado, e os significados do que se entende por ações letradas são locais e particularmente definidos. Para realizar as análises que apresentamos nesta seção, lançamos mão de algumas categorias em função dos dados, as quais apresentaremos a seguir:

### 5.1 Significado de palavra e interdiscursividade

A categoria *significado de palavra* foi escolhida tendo como base a posição dos sujeitos com DV adquirida na atividade de letramento em questão e os seus entendimentos acerca da atividade. Essa categoria enquadra-se no significado representacional do discurso, ou seja, como atores sociais, por meio de textos, representam o mundo. O significado das palavras é uma variável socialmente construída e socialmente contestada (RESENDE; RAMALHO, 2016). Não é, portanto, uma construção individual, embora a agenciamento do/a produtor/a do texto (falante) seja ofuscada. Como tratamos ao discutir sobre o Modelo Ideológico de Letramento, os significados são construídos, o que marca a posição político-ideológica do grupo num contexto de coparticipação e de afinidade. Os sujeitos com DV envolvidos nesse evento de letramento (que também se constitui numa prática de letramento) estão levando em consideração aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais (conscientes ou não), além de histórias de vida, que os constituem como sujeitos (STREET, 1984).

A TL como um “encontro de amigos” já caracteriza uma afinidade. A proposta da atividade de letramento baseada nesse evento e no diálogo entre a palavra escrita e a visão de mundo de cada participante, é para nós um processo gerador de aprendizagem e de superação da exclusão social, ou superação das “ausências” – a que estão submetidas as pessoas com DV–, segundo a leitura de Santos (2007). Essas são, portanto, as nossas expectativas como idealizadoras e proponentes das TL. E para as pessoas com DV que participam das atividades, o que essas tertúlias – como ações letradas – representam para elas? Para verificarmos os significados dessas ações para os participantes, identificamos as maneiras que eles “lexicalizam” a atividade. Como esclarece o quadro a seguir, há uma repetição de palavras, palavras derivadas e/ou sinônimos ou quase sinônimos, consideradas as mais frequentes nos excertos selecionados:

**Quadro 2 – Palavras frequentes**

<b>Palavras mais frequentes</b>	<b>Nº de ocorrências</b>
Conhecimento/conhecer	22
Falar	16
Literatura	11
Cultura	11
Oportunidade	09
Participar/participação	09
Leitura/ler	08
Importância	08
Livro	06
Amigos	06
Aprender/aprendizado/aprendizagem	06
Encontro	05
Valorizar	04

Fonte: autoras.

Um dos comprometimentos trazidos pela cegueira está relacionado ao acesso à leitura e à escrita – na nova condição, ações como verificar as contas de água e de luz ou até mesmo cuidar das próprias operações financeiras ficam dependentes da ajuda (ou interferência) de outra pessoa, o que afeta significativamente a autonomia (emancipação) desses sujeitos. Nas áreas da vida cotidiana que exigem a leitura e a escrita, homens e mulheres com DV adquirida passam a ter restrições: na organização da rotina diária, na comunicação pessoal, no lazer particular, na documentação da vida, na participação em atividades e eventos, no acesso à literatura e outras formas de produção de sentido (RIOS, 2012).

Percebemos a vinculação dos participantes da TL ao discurso do protagonismo (possibilitado pela atividade de letramento) pelo conjunto de palavras (que se repetem), às quais recorrem para representarem a atividade, e pelo respectivo significado que delas emerge. Tal discurso entra em contradição com o discurso da limitação, dos obstáculos ao acesso ao conhecimento que ainda paira tanto no senso comum, quanto nos espaços acadêmicos – decorrente do alto grau de naturalização da ideologia do visiocentrismo que atrelou a cegueira à incapacidade. A fala de Samuel mostra que nem sempre alguém dá importância ao que ele (pessoa com DV) tem a dizer, a compartilhar: “[...] A gente quando percebe que tem alguém que se aproxima e você vê uma possibilidade de compartilhar [...]” (GF\_Samuel (112)). Aqui temos o discurso da limitação implícito, o qual está relacionado à prática da discriminação vivenciada pelas pessoas com cegueira. O discurso da limitação (ou da incapacidade) filia-se ao discurso biomédico e ao discurso jurídico, os quais são articulados e criam uma dualidade entre os vocábulos “deficiente” e “direito”. As pessoas com deficiência, em geral, precisam cotidianamente lidar com essa opacidade, cujos efeitos não são necessariamente aparentes para elas. O sujeito, muitas vezes, precisa considerar-se uma pessoa com deficiência para alcançar alguns direitos. O efeito desse processo é de reificação; o termo “deficiente” ou “deficiência” é muito comum entre as

peças com cegueira; como observado na fala de Manuel: “Essa atividade é muito importante para nós, principalmente para nós que temos essa *deficiência*” (GF\_Manuel (32)).

A recorrência do campo semântico do “conhecimento” para representar a atividade de letramento (conforme quadro 2) e o que ela proporciona para os sujeitos com DV adquirida indica a grande dificuldade que esses sujeitos encontram em acessar textos, e suas consequências sociais e pessoais no que tange às posições ocupadas por eles na família, no trabalho e em outros espaços sociais. Por outro lado, essa recorrência também aponta no sentido da argumentação de que são pessoas capazes de acessar o conhecimento, articulando, assim, outro discurso (um modo particular de representação nesse contexto situado) que rejeita a identidade incapacitante.

Segundo Martins (2006) não se trata de um equívoco social o significado atribuído à cegueira. Ao contrário, trata-se de um significado social e historicamente construído que influencia os modos como as pessoas e a sociedade em geral (pensam) e tratam as pessoas com DV. Ao constatar essa “liminaridade social” em nossa experiência etnográfica, pode-se dizer que a pessoa que perde a visão perde a sua posição de elegibilidade, nas palavras de van Leeuwen (2008), condição elegível a um papel numa prática particular (FLORINDO, 2021). A pessoa que adquire a cegueira (ou se encontra em um processo de perda, considerada pessoa com baixa visão) perde a posição de um/a trabalhador/a, perde a posição de responsável mantenedor de sua família. Dentre as perdas, há a perda da sua condição de leitura e escrita e até a perda do direito à fala. No quadro 2, podemos observar que o item lexical que aparece em segundo lugar é *falar*, o qual é contextualizado nos seguintes excertos:

*GF\_Helena (52) [...] eu acho que se der para mim continuar mais eu vou ter o que falar e poder testemunhar do que aprendi, do que vi.*

*GF\_Teresa (73) Não tenho tempo de arranjar uma pessoa pra ler pra mim. Eu só escuto, eu não sei falar. Não me ponha para falar não. Eu tô aqui na roda de conversa, aí eu presto atenção no que vocês tão falando, aí eu resumo com as minhas palavras no papel. Pra falar assim, pra me expandir assim que nem o Francisco tá fazendo, em hora que dá um bloqueio, sabe?*

*GF\_Francisco (83) Eu aceitei a participar dessa atividade pelo interesse nas fábulas. Posso falar um pouco das fábulas? [...] (97) Então falar das fábulas pra mim é uma paixão, é como se eu tivesse apaixonado assim por alguém. Você abre sua boca pra saber se expressar nesse mundo tão tenebroso que a gente vive hoje é tão importante, entendeu?*

*GF\_Samuel (110) [...] Eu sempre falo pra eles, eu falo de coração: não tenho mágoa, não tenho rancor de ninguém. O que eu busco é a compartilhã, quanto mais você conversa, mais você aprende. E esse momento é o agrado. O que Roberto vem falar, o Manuel vem e fala, a Teresa fala. Quando eu não venho, a emoção é maior, eu fico comigo mesmo: por que não fui na biblioteca? Eu tenho algo a falar com alguém, eu tenho algo a compartilhar. O que eu busco aqui dentro é isso.*

Podemos, assim, associar o vocábulo *falar* com o campo de significado ativado. Por que a ação de falar (verbo *dicendi*) – que identifica um processo *verbal* – é tão enfatizada por esses sujeitos? Os relatos de observação participante asseveram que, principalmente no ambiente familiar, a pessoa com DV não tem o direito, espaço ou a autonomia de “falar”. Se esse espaço não existe ou é ofuscado, o sujeito com DV não é ouvido. Em muitos contextos, inclusive o familiar,

a identidade do sujeito que adquire a cegueira passa a ser uma identidade subalternizada. Segundo Spivak (2000), não se pode falar pelo/a subalterno ou subalterna, mas se pode trabalhar “contra” a subalternidade, ou seja, criar espaços nos quais o/a subalterno ou subalterna possa articular-se e, como consequência, possa ser ouvido/a. Para tal perspectiva emancipatória, a ADC, em consonância com a etnografia-discursiva, é relevante. Consideramos essa reflexão com base nas palavras de Teresa:

*(GF\_Teresa (107)) Então como eu moro só, pra eu ficar sozinha em casa [...] Eu tô aqui de repente, me dá um estralo: eu vou ali. Tomo um banho e já tô saindo. Não tem quem me prenda, não quero ninguém pra tá comigo dentode casa porque não suporto prisão.*

Teresa relaciona a presença de mais alguém morando consigo a uma possibilidade de prisão. Com base em nossa observação de campo, ela refere-se a um parente, que é vidente; o familiar na maioria das vezes anula a autonomia da pessoa com DV, até em seu direito de ir e vir, por compartilhar de concepções ainda vigentes acerca da limitação da pessoa com DV, o que pode ser estendido à questão do acesso ao conhecimento por este realizar-se predominantemente nos moldes visuais. Haja vista que o vocábulo que mais aparece é *conhecimento/conhecer* (22 ocorrências) em referência ao que a TL significava para eles. Nesse sentido, o campo de significado da ação de *falar* extrapola a questão verbal propriamente dita. *Falar* aqui significa ser reconhecido/a como um sujeito ativo, capaz. Assim, a atividade da TL, por sua dinâmica interativa e dialógica, possibilita aos participantes com DV uma conscientização de relações ou posições de opressão (pilar da regulação), apontando para mudanças (pilar da emancipação) nas relações de poder. A compreensão de que o processo de luta por mudanças sociais começa no discurso é possibilitada por estudos em ADC. Conforme Fairclough (2003) se a pessoa tornar-se consciente do valor ideológico de um determinado discurso, poderá resistir a ele, diminuindo, conseqüentemente seu efeito.

## 5.2 Metáfora e avaliação

Uma categoria que nos ajuda a compreender significados identificacionais do discurso é a metáfora. Ela está associada a escolhas de caráter estilístico, estando no campo da função experiencial da linguagem (HALLIDAY, 1994). Assim, a maneira como se experienciam aspectos da realidade social podem ser texturizados no discurso, em termos de outros aspectos, estabelecendo correlações. Na atualização realizada pela ADC, a metáfora, como categoria discursiva, também está associada à cognição, à maneira como se experienciam os aspectos da realidade, permitindo, assim, acessar o significado identificacional do discurso. Isso significa que os conceitos metafóricos que estruturam o pensamento, também estruturam a percepção, o comportamento, as relações, a identidade pessoal e social (LAKOFF; JOHNSON, 2002). Ainda segundo os autores, há três tipos de metáforas: as conceituais, as orientacionais e as ontológicas.

Nos textos em análise, percebemos a presença de metáforas ontológicas, as quais permitem compreender a forma que experiências (no caso a experiência das atividades de letramento proporcionadas pela TL) são concretizadas.

Ao operarmos discursivamente como comunidade, construímos coletivamente determinados significados e usos de elementos semióticos a fim de representarmos o mundo, de agirmos sobre o mundo, de identificarmos outras pessoas e de nos identificarmos no mundo (FAIRCLOUGH, 2001, 2003). As metáforas, por sua vez, permitem identificar de uma maneira particular (estilos) uma determinada realidade. Tal identificação pode ter aspectos realçados ou encobertos pelas metáforas (FAIRCLOUGH, 2001). Por meio da metáfora, a TL é identificada nas falas dos participantes da seguinte maneira (como nos excertos 108, 99 e 121):

*[...] esse cativo todo é só um buquezinho de flor [...] quanto mais você conversa, mais você aprende. E **esse** momento é o agrado. (GF\_Samuel\_108)).*  
*[...] Então falar das fábulas pra mim é uma paixão, é como se eu fosse apaixonado assim por alguém. [...] (99) sempre estaremos aqui e isso faz com que esse movimento só tenha a melhorar e aprender mais. (GF\_Francisco, 121).*

As metáforas destacadas são metáforas ontológicas, pelas quais os participantes compreendem a atividade da TL em termos de um objeto (*um buquezinho de flor*) e de uma entidade (*esse momento é o agrado; esse movimento*). Essa maneira particular de identificar a atividade de letramento em questão realça seus aspectos positivos.

Outra categoria ligada ao significado identificacional (estilos) é a *avaliação*. A *avaliação* está associada ao que é bom ou mau, ao que é desejável ou não. Nesse sentido, de acordo com o que as pessoas se comprometem nos textos, é possível entender como elas se identificam, sendo que há tipos de enunciados avaliativos que expressam julgamento em relação a algo de forma explícita e outros de forma implícita (FAIRCLOUGH, 2003). Em relação ao julgamento dos participantes da TL, observamos que a atividade é representada como algo positivo, necessário. Há a presença, sobretudo, de adjetivos e advérbios no texto.

*GF\_ Helena (49) então isso pra mim foi de uma grande satisfação. [...] aprendi, me incentivou, queria aprender mais. [...] eu tô muito satisfeita de tá participando aqui com pessoas capacitadas ensinando e oferecendo essa oportunidade.*  
*GF\_Teresa (70) É uma coisa nova pra mim, é um aprendizado melhor, a cada dia a gente vai tendo novos conhecimentos, né?*  
*GF\_Francisco (101) Eu tenho aprendido muito a ser uma pessoa mais centrada no falar, no agir, no pensar, no mover, no tocar, entendeu?*  
*GF\_Manuel (119) [...] pra ter conhecimento maior dessa matéria que é muito importante, muito interessante (28). [...] se não fosse uma participação como essa, com pessoas nos ajudando a ter esse conhecimento e que isso nos engrandece.*

Assim, os participantes representam a TL como uma atividade positiva e relevante, por meio de afirmações avaliativas explícitas, com as quais se comprometem ao reconhecerem a oportunidade de seu espaço de fala, ou seja, seu espaço de ser ouvido/a, de poder compartilhar aprendizagens, ou ter contato com as narrativas (o que se deu somente na infância). Como nas palavras de Samuel, lembrar (“relembração”) e ter “saúde”: “[ouvir histórias] onde cativava



*mais o ensinamento que a gente procurava e isso traz uma lembrança muito boa, porque a gente tem o conhecimento de que a cultura literária ela traz muita coisa da antiguidade” (GF\_39). A avaliação está relacionada também aos efeitos que a atividade da TL provoca:*

*[...] me serve como terapia, melhora minha consciência, revela mais habilidades na minha autonomia. (GF\_ Francisco 17).*

*Creio que seja uma forma muito pura de se absorver informação, seja ela de cultura ou de tentar entender o meio (GF\_ Mateus).*

Os comentários dos participantes projetam possibilidades diferentes da realidade, ou seja, relacionam “a projetos de mudança do mundo”, de acordo com uma perspectiva particular (RESENDE; RAMALHO, 2016, p. 71). Os textos em questão apontam uma disputa (mais ampla) entre discursos cultural e historicamente construídos pela sociedade majoritariamente vidente e os anseios do grupo minoritário que é dos cidadãos cegos. Apesar de mudanças filosóficas e políticas, o significado negativo e pejorativo do item lexical “cegueira” e suas derivações ainda prevalece. Como exemplo, “a ligação entre cegueira e escuridão ocorre fundamentalmente nos planos figurativo e simbólico” (OLIVEIRA, 2002, p. 47), o que indica que os significados das palavras e a lexicalização de significados “não são construções individuais, são variáveis socialmente construídas” (RESENDE; RAMALHO, 2016, p. 75) e muito arraigadas. A simbologia da cegueira está diretamente ligada à ordem visiocêntrica do discurso hegemônico (LIMA; MAGALHÃES, 2018). Portanto, a prevalência das escolhas sócio-semânticas que constituem a referida ordem tem implicações ideológicas marcantes nas vidas das pessoas com cegueira. Mas, no caso dos participantes da TL, o que prevalece é a possibilidade de agência e emancipação, como é por eles preconizada, o que podemos conferir no excerto: “[...] *melhora minha consciência revela mais habilidades na minha autonomia*” (GF\_ Francisco 17). Entendemos aqui que o significado da palavra *autonomia* para as pessoas com DV é equivalente à emancipação como vimos discutindo ao longo do artigo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a perspectiva emancipatória da pesquisa em ADC fortalecida pela etnografia é que propusemos este estudo com foco na prática de letramentos contextualizada (um modelo ideológico) por um grupo de pessoas com DV adquirida. A seleção que fizemos dos comentários para a interpretação do evento “tertúlia literária” e seus significados para as pessoas com DV implicou valorizar não somente suas ações particulares, mas também dar-lhes “visibilidade” por meio de suas próprias vozes. Os participantes das atividades da TL recorrem a afirmações avaliativas explícitas, comprometendo-se com o reconhecimento da oportunidade de seu espaço de fala – a oportunidade de ser ouvido/a – e de aprendizagem e acesso à leitura e à escrita. Essa representação ligada à oportunidade de aprendizagem e participação figura o significado do

letramento para o grupo em seu contexto específico: a DV adquirida. Esse contexto é muito singular e faz toda diferença ao se discutir letramentos de pessoas com DV.

Sobre a atividade de letramento vivenciada pelo grupo, notamos que os participantes identificam o potencial da prática em possibilitar-lhes a aproximação à cultura letrada e um meio significativo de aprendizagem, o que é por eles representado como algo muito caro, pois implica também sua autonomia. A aprendizagem proporcionada pela tertúlia é uma ação, um artifício potencial para a superação das relações assimétricas, o qual é subsidiado por uma reflexividade crítica. Assim, novas representações são construídas para a cegueira, trazendo-lhe um significado de potencialidade. Isso posto, recomendamos que mais etnografias e estudos sejam realizados para a investigação do letramento como prática social no contexto das pessoas com cegueira adquirida.

## REFERÊNCIAS

- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009. (Tradução de J. Fonseca).
- BARBOUR, R. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- CÂNDIDO, A. Direito à literatura. In: CARVALHO, J. S. (Org.). **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 135-163.
- CASTANHEIRA, M. L.; GREEN, J. L.; DIXON, C. N. Práticas de letramento em sala de aula: uma análise de ações letradas como construção social. **Revista Portuguesa de Educação**, Minho, v. 20, n. 2, p. 7-38, 2007.
- CLASSEN, C. **Worlds of sense: exploring the senses in history and across cultures**. Nova Iorque: Routledge, 1993.
- CONFAPEA. **Tertulias Literarias Dialógicas**. Barcelona: Mimeo, 1999.
- COPE, B.; KALANTZIS, M. "Multiliteracies": new Literacies, new Learning. **Pedagogies: An International Journal**. Londres, v. 4, n. 3, p. 164 -195, 2009.
- DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London, New York: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. **Critical Discourse Analysis: the critical study of language**. London/New York: Routledge, 2010.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001. (Tradução de: Izabel Magalhães).
- FLECHA, R. **Compartiendo palabras: el aprendizaje de las personas adultas a través del diálogo**. Barcelona: Paidós, 1997.
- FLORINDO, G. M. F. **Ações letradas como construção social: práticas de letramentos de pessoas com deficiência visual de uma biblioteca pública**. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2021.
- FREIRE, P. [1996]. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 27. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2 ed. Londres: Arnold, 1994.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **As metáforas da vida cotidiana**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.
- LIMA, B. F. A.; MAGALHÃES, I. Ordem visiocêntrica do discurso: uma proposta de reflexão teórica sobre letramentos de pessoas com deficiência visual. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 34, n. 4, 2018.
- MAGALHÃES, I. (Org.). **Discursos e Práticas de Letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 2012.
- MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. M. **Análise de Discurso Crítica**: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, p. 1045-1070, 2017.
- MARTIN-JONES, M.; MAGALHÃES, I.; BAYNHAM, M. Literacy in the study of social change: lusophone perspectives. **International Journal of the Sociology of Language**. Berlin/Boston, n. 259, p. 1-13, 2019.
- MARTINS, B. S. **A modernidade segundo Louis Braille**. Rio de Janeiro: Benjamin Constant, 2014.
- MARTINS, B. S. **E se eu fosse cego**: narrativas silenciadas da deficiência. Porto: Afrontamento, 2006.
- MASINI, E. F. S. **O perceber de quem está na escola sem dispor da visão**. São Paulo: Cortez, 2013.
- OLIVEIRA, J. V. G. de. **Do essencial invisível**: arte e beleza entre os cegos. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2002.
- PEREIRA, J. C.; ANDRADE, A. P. S. **Tertúlia Literária Dialógica**: teoria e prática – guia didático e partir de uma experiência de extensão no Programa Nacional MulheresMil. Brasília: Editora IFB, 2014.
- RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2016.
- RIOS, G. V. Usos e valores da leitura e da escrita em duas localidades urbanas socioeconomicamente diferenciadas. In: MAGALHÃES, I. (Org.). **Discursos e práticas de letramento**. Campinas: Mercado de Letras, p. 196-226, 2012.
- SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Lisboa: Edições Almedina, 2020.
- SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007. (Tradução de: Mouzar Bedito).
- SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
- STREET, B. V. **Literacy in theory and practice**. London: Cambridge University Press, 1984.
- STREET, B. V. Eventos de letramento e práticas de letramento: teoria e prática nos Novos Estudos do Letramento. In: MAGALHÃES, I. (Org.). **Discursos e práticas de Letramento**. Campinas: Mercado das Letras, 2012.
- STREET, B. V. Políticas e práticas de letramento na Inglaterra: uma perspectiva de letramentos sociais como base para uma comparação com o Brasil. **Caderno Cedes**, v.33, n. 89, p. 51-71, 2013.
- STREET, B. V. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Tradução de Carmen Grisci. Petrópolis: Vozes, 2002.

VAN LEEUWEN, T. **Discourse and Practice**: new tools for critical discourse analysis. Oxford: Oxford University Press, 2008.

VIEIRA, J. A. As abordagens críticas e não-críticas em análise do discurso. In: SILVA, D. H. G. da; VIEIRA, J. A. (Org.). **Análise do discurso**: percursos teóricos e metodológicos. Brasília: Editora da Universidade de Brasília/Oficina Editorial do Instituto de Letras/Editora Plano, 2002.

## **OIA(S) AUTOR(ES/AS)**

### **Girlane Maria Ferreira Florindo**

Doutoranda em Linguística (UnB). Possui mestrado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro- PUC-Rio (2005), especialização em Língua Portuguesa pelo Centro Universitário São Camilo (2002), especialização em Literatura Infantil e Juvenil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006), especialização em Gestão da Administração Pública pela Universidade Castelo Branco (2007), especialização em Educação em e para os Direitos Humanos com ênfase na Diversidade Cultural pela Universidade de Brasília (2015) e graduação em Letras pelo Centro Universitário São Camilo Espírito Santo (1999).

### **Izabel Magalhães**

Currently Collaborating Researcher in the Post-Graduate Program in Linguistics of the University of Brasília. Founder and former editor-in-chief of *Cadernos de Linguagem e Sociedade/Papers on Language and Society* (1995-2008). E-mail: izabelunb@gmail.com